



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE RORAINÓPOLIS/RR

Processo: 08014112420198230047

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ANTONIO CARLOS SANTOS MELO**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.^a, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente. Assim, supostamente na posse de todos os documentos pleiteia em esfera judicial indenização referente à INVALIDEZ PERMANENTE.

Cumprе ressaltar a ausência de nexo causal entre o suposto acidente e alegada invalidez.

A Lei que regula a indenização pleiteada pela parte Autoral é a Lei n.º 6.194/74, a qual determina que deve existir nexo de causalidade e efeito entre a invalidez e o acidente noticiado.

Em que pese à parte autora ter juntado aos autos documentos médicos e uma comunicação policial unilateral, **não há elementos capazes de comprovar que a lesão apresentada tenha decorrido do acidente de trânsito.**

Cumprе ressaltar que o boletim de ocorrência fora elaborado somente após 10 dias do suposto acidente, de forma unilateral, sendo comunicado pela própria parte autora e sem a presença de testemunhas.

Ademais, cabe acrescentar que os documentos médicos apresentados encontram-se ilegíveis, não sendo, assim, possível se averiguar a presença de nexo causal entre o acidente e a invalidez alegada, conforme demonstrado abaixo:

UNIDADE / SETOR:	QUARTO:	LEITO: 18	Nº REGISTRO:
NOME DO PACIENTE: Antônio Carlos S. M.			
PROFISSIONAIS RESPONSÁVEIS:			
DATA / HORA	PRESCRIÇÃO	RELATÓRIO DE ENFERMAGEM	
		HORÁRIO:	OBSERVAÇÕES:
08/07/14	1) Pólv. lva. em ben. oral 2) Sol. Solut. manter glicose 3) Tetraciclina 1g (2) 11/24 4) Pólv. 200 (2) 11/24 se cur 5) Pólv. 150 (2) 11/24 a 11/24 6) 11/24		22 - 120 x 7 mmHg Sinais vitais 18 - 120 x 7 mmHg 05.370.016/0001-00 HOSPITAL REGIONAL SUL R. 174 - km. 4,5 CEP: 69.370-970 RORAIMA - RR
			Confere com origina.
		12	36,9 94 20 140x80
		18	35,8 94 18 130x80
		24	36,1 82 20 120x80
		10	32,8 89 20 140x80

UNIDADE / SETOR:	QUARTO:	LEITO: 18	Nº REGISTRO:
NOME DO PACIENTE: Antônio Carlos S. M.			
PROFISSIONAIS RESPONSÁVEIS:			
DATA / HORA	PRESCRIÇÃO	RELATÓRIO DE ENFERMAGEM	
		HORÁRIO:	OBSERVAÇÕES:
08/07/14	1) Pólv. lva. 2) Sol. Solut. 3) Tetraciclina 1g (2) 11/24 4) Pólv. 200 (2) 11/24 5) Pólv. 150 (2) 11/24 6) 11/24		22 - 120 x 7 mmHg Sinais vitais 18 - 120 x 7 mmHg 05.370.016/0001-00 HOSPITAL REGIONAL SUL R. 174 - km. 4,5 CEP: 69.370-970 RORAIMA - RR
			Confere com origina.
		12	36,4 75 18 130x80
		18	36,6 85 20 110x80
		24	36,3 63 20 130x80
		10	36 76 70 130x80

Como é de sabença não só é necessário, mas obrigatória, a comprovação do nexo entre a ocorrência do dano e o fato gerador do mesmo.

Portanto, como não há nexó de causalidade entre a invalidez e o suposto acidente noticiado, conforme consta da perícia judicial, confia no alto grau de competência de Vossa Excelência, sendo certo que a presente demanda deverá ser julgada totalmente improcedente, com fundamento no artigo 487, inciso I, da Lei Processual Civil.

Outrossim, em que pese o alegado acima, caso não seja este o entendimento do Douto Juízo, havendo condenação à ré, requer a aplicação da tabela de quantificação da extensão da invalidez permanente, conforme preconiza a Súmula 474 do STJ.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

RORAINOPOLIS, 8 de janeiro de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/RR 451-A

SIVIRINO PAULI
101-B - OAB/RR